



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Acta da quinta sessão ordinária de 2006 da Assembleia Municipal de Aljezur

**

LOCAL: Sala de Sessões dos Paços do Município

DATA: 29 de Dezembro de 2006

INÍCIO: 20:30 horas

ENCERRAMENTO: 23:20 horas

*

CONSTITUIÇÃO DA MESA:

Maria de Lurdes Afonso Bento, Presidente

Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário

Manuel António Custódio Rosendo, Segundo-Secretário

MEMBROS PRESENTES:

Dionísio Manuel Nifro da Silva, Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Johannes Alexander Schydlo, Amílcar Manuel Marreiros Duarte, José Carlos Pacheco da Silva, Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, Francisco António Baptista Ferreira, Ana Maria Ferreira Santos, José António Duarte, José Manuel dos Santos Marreiros, Sérgio Manuel da Silva Santos, e Eliezer João Candeias

*

ENTRARAM NO DECORRER DA SESSÃO OS SEGUINTE MEMBROS:

Manuel Alberto Santinho Cristo, Fernando Manuel Costa Rosa, Henrique Manuel Ramos Henriques

*

VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DO SEGUINTE MEMBRO:

António Manuel Guerreiro Lopes

*

ABERTURA DA SESSÃO – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 20:30 horas

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR: – Foi presente a acta da sessão ordinária realizada no dia vinte e dois de Setembro de dois mil e seis.-----

O senhor Amílcar Duarte criticou a forma como a acta está redigida e sugeriu que houvesse mais cuidado na redacção das actas.-----

O Senhor Johannes Schydlo pediu que fosse introduzida a sua intervenção onde sugeriu a quinta pedagógica para a várzea.-----

A Senhora Rosa Cigarra pediu que fosse introduzida a resposta dada pelo Senhor Presidente da Câmara à pergunta que fez sobre o local onde vai realizar-se o Festival da Batata Doce.-----

Posta à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com as abstenções dos membros Vítor Vicente e Amílcar Duarte.-----

Foi presente a acta da sessão extraordinária realizada no dia vinte e quatro de Novembro de dois mil e seis.-----

OS SENHORES MANUEL ALBERTO SANTINHO CRISTO E FERNANDO MANUEL COSTA ROSA PASSARAM A FAZER PARTE DOS TRABALHOS.-----

A Senhora Ana Santos reforçou a crítica à redacção das actas.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que se deve ter em atenção o modo como se introduz a substituição dos membros.-----

O SENHOR HENRIQUE MANUEL RAMOS HENRIQUES PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que se deve melhorar a redacção das actas.-----

Posta à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com os votos a favor dos membros Lurdes Bento, Licínia Rodrigues, Dionísio Silva, Johannes Schydlo, José Carlos Silva, Francisco Ferreira, José Marreiros, Sérgio Santos, Eliezer Candeias, Vítor Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos, voto contra do membro Amílcar Duarte e abstiveram-se os membros Manuel Rosendo, Henrique Henriques, Manuel Cristo, Fernando Rosa e José Duarte, que declaram ter-se absterido por não terem estado presentes na sessão.-----

PONTO NÚMERO DOIS

LEITURA DO EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS: – Foi lida a seguinte correspondência, a qual se encontra arquivada em pasta própria:-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número onze mil quinhentos e vinte e sete, de dez de Outubro de dois mil e seis, enviando fotocópia da acta da reunião da Junta Metropolitana, realizada no dia vinte e cinco de Setembro de dois mil e seis.-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número onze mil setecentos e dezasseis, de treze de Outubro de dois mil e seis, enviando comunicação da AMAL sobre o Hospital Central do Algarve.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, ofício número dezassete mil novecentos e dezasseis, de nove de Outubro de dois mil e seis, acusando recepção de moção.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ofício número quatrocentos e noventa e nove, de seis de Novembro de dois mil e seis, acusando recepção de moções.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Popular, ofício número mil quinhentos e vinte e oito, de onze de Outubro de dois mil e seis, acusando recepção de moções.-----

– de Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, ofício de treze de Novembro de dois mil e seis, acusando recepção da moção sobre a “portaria número oitocentos e sessenta e oito, de vinte e nove de Agosto, que regulamenta as

- actividades de pesca lúdica”.-----
- de Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes”, ofício número mil e quarenta e nove, de vinte e quatro de Outubro de dois mil e seis, acusando recepção da moção sobre a “Lei das Finanças Locais”.-----
 - de Junta de Freguesia de Aljezur, ofício número quinhentos e doze, de dezoito de Outubro de dois mil e seis, enviando cópia de comunicação enviada ao Instituto de Estradas, sobre sinalização vertical da Estrada Nacional cento e vinte.-----
 - de Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, ofício número dezassete mil novecentos e quinze, de treze de Novembro de dois mil e seis, acusando recepção da moção sobre a “portaria número oitocentos e sessenta e oito, de vinte e nove de Agosto, que regulamenta as actividades de pesca lúdica”.-
 - de Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território da Assembleia da República, ofício número seis mil trezentos e cinquenta e cinco, de dezassete de Novembro de dois mil e seis, acusando recepção da moção sobre a “sobre a revisão da Lei das Finanças Locais”.-----
 - de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número mil quatrocentos e trinta e seis, de vinte e oito de Dezembro de dois mil e seis, enviando cópia da acta da reunião da Assembleia Intermunicipal da Terras do Infante - Associação de Municípios.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

OUTROS PONTOS EVENTUAIS PREVISTOS NO REGIMENTO: - A Senhora Presidente da Assembleia perguntou se existe algum licenciamento para a placa de publicidade da agência funerária junto à estrada de acesso à Santa Casa da Misericórdia.-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o licenciamento é da responsabilidade da Junta de Freguesia.-----

O Senhor José Marreiros disse que até à presente data, não havia qualquer pedido de licenciamento para a mesma, assim como, não foi respeitado o local para sua colocação, que era junto ao cemitério.-----

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou se existe uma empresa para fiscalizar as obras de saneamento da Arrifana, pois a estrada está péssima e devia chamar-se a atenção para o facto. Felicitou também a Câmara pelos arranjos já efectuados na estrada no Picão.-----

O Senhor Johannes Schydlo perguntou se já há progressos em relação à Comissão de Acompanhamento das Terras do Infante da qual faz parte, visto que desde que foram eleitos nunca foram convidados para nenhuma sessão.-----

O Senhor Presidente da Câmara sugeriu que o melhor era os eleitos da Assembleia pedirem informações sobre essa questão.-----

A Senhora Ana Santos agradeceu a colocação do espelho, por ela solicitado, junto ao museu e diz que verificou a colocação de outros espelhos onde eram necessários.-----

A Senhora Rosa Cigarra pergunta, em nome dos vizinhos, quando é que a Câmara continua a fazer as terraplanagens nos quintais de Maria Vinagre, visto que andaram máquinas da Câmara a tapar buracos em frente do “Ponto de Encontro” e no quintal de uma Senhora que é funcionária da Junta de Freguesia.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse não ter tido conhecimento desse assunto.--

O Senhor Eliezer Candeias disse que lamenta o comentário nesta Assembleia sobre este assunto, uma vez que, o que foi feito é de utilidade pública e é zona urbana, os camiões já tinham dificuldade em estacionar.-----

Disse que se faz o que é possível dentro das zonas urbanas, não há distinção entre as pessoas.-----

A Senhora Rosa Cigarra perguntou em relação ao quintal da funcionária.-----
O Senhor Eliezer Candeias respondeu que desconhece essa situação.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

ESCRITURA DE COMPRA E VENDA – PRORROGAÇÃO – RAQUEL MIGUÉIS MENDES PERINHAS E HUGO MIGUEL DO AMARAL JORGE JOAQUIM – LOTE Nº. 21, LOTEAMENTO MUNICIPAL DA CRUZ: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de vinte e oito de Novembro de dois mil e seis, a qual fica arquivada em pasta própria.---

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que a Câmara tem vindo a fazer um esforço para actualizar alguns regulamentos, que durante o próximo ano vão continuar a trabalhar nesse sentido e este será um deles, vão proceder a algumas alterações para que estes assuntos não tenham que vir à Assembleia Municipal.-----

Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO DOIS

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO À FINALIDADE DO EMPRÉSTIMO NO VALOR DE CENTO E TRINTA E CINCO MIL EUROS CONTRATADO COM A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de doze de Dezembro de dois mil e seis, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que relativamente a esta questão já percebeu que está complicada a compra daqueles edifícios no prazo da prorrogação do empréstimo e para não se perder o mesmo, vai investir-se, gostaria de saber em quê e com que finalidade?-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara respondeu que a dificuldade prende-se até Março, porque não conseguem realizar as escrituras, os processos estão bem encaminhados. São dois prédios, o “Pintainho” e o prédio anexo. Entretanto surgiu uma oportunidade de negócio na Rua João Dias Mendes em Aljezur, trata-se da casa do Doutor João Paulino, propuseram-nos a sua aquisição por cento e cinquenta mil euros e como temos a prorrogação do empréstimo certamente vai ser para esse prédio.-----

A Câmara realizará a escritura no início do próximo ano. Este prédio devido à sua área pode ser utilizado para fazer vários apartamentos. Quando houver oportunidade de colocar em obras o novo edifício dos Paços de Concelho, podemos, provisoriamente, passar serviços que aí funcionam para aquele edifício.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se não quererá a Câmara exercer o papel de promotor imobiliário. A compra de prédios para construir poderá ser visto dessa maneira, deve explicar melhor até porque já há vários prédios adquiridos pela Câmara.-----

Em relação a esses prédios pergunta o futuro que lhes é destinado.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que desde o início, o objectivo é contrariar o abandono da parte histórica da vila de Aljezur. Uma das maneiras é adquirir imóveis em ruínas, a bom preço, requalificar e arrendar, uma vez que a procura de habitação social é cada vez maior e a Câmara tem responsabilidades nessa área. Funcionar como promotora imobiliária jamais, pretendem contrariar o abandono desta parte tão nobre da vila.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que concorda e que é importante esse papel na habitação social e é interessante do ponto de vista do património, obviamente coloca-se a questão da alternativa, se o dinheiro não fosse para ali podia ser para outras obras!-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que do ponto de vista do património é bom e se não podemos promover habitação social de raiz, podemos fazer desta forma, requalificar.-----

Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

INTERVALO: - Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto e aceite pela Assembleia, um intervalo de dez minutos.-----

REINÍCIO DOS TRABALHOS: - Reiniciados os trabalhos, verificou-se a presença de todos os membros.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA DOIS MIL E SETE: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de doze de Dezembro dois mil e seis, que acompanhava o respectivo documento, os quais ficam arquivados em pasta própria.-----

O Senhor Vítor Vicente disse em relação ao cemitério, que se deve pensar na ampliação do actual, em vez de fazer um novo, por um conjunto de razões. A estratégia devia ser preservar os terrenos próximos, pois tem conhecimento que o Município tem terrenos quer a norte, quer a nascente e ainda está a tempo de arranjar alternativas para o parque das feiras.-----

Em relação ao campo de futebol devíamos partir para um projecto novo, se já foi um erro fazê-lo naquele sítio, fazer obras de fundo volta a ser um novo erro, o ideal era encontrar uma localização adequada e fazê-lo de raiz.-----

Em relação aos armazéns municipais, a Câmara deveria dar o exemplo e mudar para a Zona Industrial.-----

Em relação à construção do canil acha muito bem e pretende saber a localização.-----

Em relação a rede de esgotos do Vale da Telha pretende saber como está a situação, assim como a construção da ETAR.-----

Em relação aos dois açudes na Ribeira de Aljezur quer saber para que fim. Pergunta onde vai ser o jardim na Igreja Nova e qual a localização do parque desportivo do Rogil.-----

Em relação ao Espaço + pretende saber quais são as alterações que se vão fazer.

Em relação à estrada do Escampadinho quer saber que tipo de projecto se trata.

Em relação à ponte sobre a Ribeira do Carrascalinho qual a sua localização, assim como, das pontes pedonais na ribeira de Aljezur.-----

Em relação ao parque das feiras e exposições pretende saber sobre os acessos e toda a envolvente, uma vez que, também, tem a ver com o cemitério.-----

Quer saber também que projecto se está a pensar fazer para o parque de campismo do Vale da Telha.-----

Em relação ao mercado de Aljezur que tipo de remodelações se pretendem fazer, e para finalizar, saber em relação à ponte da Ribeira das Cercas.-----

O Senhor Amílcar Duarte em relação ao edifício dos Paços de Concelho pretende saber se o projecto continua a ser o mesmo ou se já há alterações.-----

Em relação ao software informático continua a achar o valor muito elevado e todos os anos é a mesma coisa, se não é possível reduzir esta verba.-----

Em relação aos dois açudes na Ribeira de Aljezur quer saber onde vão ser e qual o objectivo.-----

Em relação ao museu da Carrapateira é uma obra que já devia estar concluída há muito tempo e aparece ainda um valor de cinquenta mil euros, pretende saber para quê?-----

----- Em relação ao projecto cultural, a biblioteca, acha que é uma obra que tem de avançar com rapidez, embora o valor de cinquenta mil euros, fica aquém do valor do campo de futebol que é de trezentos e noventa e

quatro mil euros. Em relação às pontes pedonais se são aquelas que viu, não lhe parece a melhor solução, junto a ponte seria a melhor.-----
O mercado deveria ser construído noutra zona, remodelações só se justificam para melhorar enquanto não se constrói noutra zona.-----
Seria interessante reforçar a rede de ecopontos.-----
Em relação ao IC quatro a Câmara não a pode fazer, mas deveria encontrar uma alternativa.-----
Disse também que estava à espera que, como no ano anterior, tivesse havido reuniões para a preparação do orçamento.-----
O Senhor Presidente da Câmara disse que em relação ao cemitério vão esgotar-se todas as possibilidades de ampliação do actual, sobretudo para o lado sul do depósito da água, de forma a não pôr em causa o projecto do parque das feiras.-
O campo de futebol seria bom fazer noutra local e pensou-se no sítio do hotel, mas o projecto do hotel não caiu e como temos esse compromisso, temos de o manter. Mas o Governo lançou um programa para os Municípios que não têm campo relvado e o projecto é financiado em setenta e cinco por cento e aproveitamos. O investimento no campo de futebol não pode ser comparado ao investimento da biblioteca são coisas distintas, a biblioteca depende da construção do edifício dos Paços de Concelho e tanto este edifício como os armazéns da Câmara são projectos que não são financiados e é por isso que levam mais tempo.-----
O canil vai ser feito próximo do Parque Industrial.-----
Em relação à rede de esgotos do Vale da Telha está no orçamento mas não vamos lançar para projecto enquanto não for definida a localização da ETAR.-----
Os açudes têm fins lúdicos, um deles trata-se da reconstrução de um antigo que existia antes da ponte de pedra, o outro será feito debaixo da ponte metálica.----
O jardim da Igreja Nova vai ser próximo à escola, na parte poente, a seguir ao parque radical, o outro espaço é em frente à urbanização do Senhor André ao lado do supermercado.-----
O parque desportivo do Rogil vai ser no antigo campo de futebol.-----
No Espaço + as obras que se vão fazer são as instalações sanitárias.-----
Em relação à estrada do Escampadinho o que se vai fazer é a sua pavimentação.-
A ponte do Carrascalinho vai ser ao pé do moinho. As pontes pedonais não têm a ver com as do projecto, vão ser encostadas à ponte.-----
Em relação ao parque das feiras já falou várias vezes do projecto, trata-se da primeira fase, os acessos são: o actual pelo cemitério, o acesso pedonal pelo lado dos armazéns da Câmara e um acesso atrás, a nascente.-----
O parque de campismo vai ser de três estrelas e feito por fases, os únicos edifícios que se devem aproveitar é a recepção e um dos balneários, o restante será tudo para demolir. O modelo de gestão ainda não está definido.-----
Em relação ao mercado, vai ser branco, muito idêntico ao actual, não destoa apesar de ser grande, uma vez que, vai ocupar o espaço actual e o espaço do clube.-----
O pontão do Porto das Carretas aguarda parecer da CCDR e está incluído no Plano de Actividades da Junta de Freguesia de Aljezur.-----
Quanto ao futuro edifício da Câmara Municipal, o projecto não é aquele que se viu, as principais alterações serão no interior, nas janelas, na entrada e depois nos arranjos exteriores, alterados com estacionamento e passeios em calçada de granito.-----
Em relação ao software é basicamente licenças e algum equipamento.-----
O valor para o Museu do Mar já estava previsto nos outros orçamentos mas não foi utilizado.-----
Os ecopontos não dependem da Câmara Municipal, dependem da ALGAR e estes

são determinados pelo número de habitantes e já excedemos o número de ecopontos.-----

Em relação ao IC quatro, na prática existe uma alternativa, não tem muitas condições, mas a opção não deve passar por aí, teria muitos custos, iria acabar com o sossego da Cruz e nunca mais teríamos variante.-----

Em relação ao orçamento participativo, temos de implementar de outra forma, de maneira a ser mais participativo.-----

O Senhor José Duarte pergunta em relação às viaturas quantas vão ser adquiridas no total?-----

Em relação às energias alternativas em que edifícios vão ser utilizadas?-----

Em relação ao passeio pedonal na Avenida General Humberto Delgado gostaria de saber mais sobre o assunto.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse em relação às viaturas que vão adquirir uma viatura ligeira a pronto pagamento, uma viatura pesada no valor de quarenta e nove mil euros e um mini autocarro, a pronto pagamento, os restantes valores têm a ver com os leasings que continuam a pagar.-----

Em relação às energias alternativas vão ser basicamente utilizadas para o aquecimento de água no campo de futebol.-----

As obras do passeio pedonal da Avenida são do outro lado da estrada, zona que irá ser tratada de uma forma diferente.-----

O Senhor Vítor Vicente disse em relação ao cemitério, que dignificar é importante, não quer dizer que, ampliar não dignifique. E com a aquisição de terreno para lado nascente seria bom deslocar o parque mais para nascente, uma vez que ainda é possível alterar a sua localização.-----

A Senhora Ana Santos sugeriu que da próxima vez haja umas legendas com abreviaturas, pois facilitaria muito a consulta e a compreensão do orçamento.---

Posto à votação, foi aprovado por maioria, com as abstenções dos membros Vítor Vicente, Rosa Cigarra, Ana Santos, Amílcar Duarte e José Duarte.-----

PONTO NÚMERO QUATRO

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE PROTOCOLO A ESTABELECEM COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE ALJEZUR, BORDEIRA, ODECEIXE E ROGIL:

– Foram presentes as propostas de protocolo a estabelecer com as Juntas de Freguesia de Aljezur, Bordeira, Odeceixe e Rogil, que ficam arquivadas em pasta própria.-----

Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO CINCO

TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE A PORTARIA NÚMERO NOVECENTOS E QUATRO BARRA DOIS MIL E SEIS, QUE REGULAMENTA O ESTABELECIMENTO DE ZONAS LIVRES DE OGM:

– O Senhor Amílcar Duarte gostaria que se tomasse posição sobre esta Portaria, pois tem vários aspectos negativos e que são sublinhadas nesta proposta de tomada de posição [que apresenta](#), a Portaria que vem claramente beneficiar a implantação de OGM, criando extremas dificuldades numa criação de zonas livres.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que somos confrontados com dificuldades do Parque Natural e é incompreensível que não se possa criar condições para que isto não aconteça, não diz que não tenha que haver, agora se nós não queremos [cá estes organismos](#), porque somos obrigados a [aceitá-los](#)?-----

Disse ter dado instruções aos serviços da Câmara para tentar preparar um documento sobre este assunto.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que é possível combater esta Portaria pela inaplicabilidade no nosso Concelho. É mais fácil combater pela ilegalidade da própria Portaria, porque não está em igualdade de circunstâncias para todos os locais, concelhos e agricultores. Acha preferível verificar a sua

inconstitucionalidade, a Câmara pode requerer isso, assim como, um abaixo assinado dos Municípios.-----

O Senhor Vítor Vicente mostra o seu desagrado por esta Portaria, e disse que é inaplicável a zonas de minifúndios. A nossa posição está tomada, há que mostrar a nossa total discordância por esta Portaria.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que os parques naturais deveriam ser considerados, à partida, zonas livres de OGM.-----

“POSIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR SOBRE A PORTARIA NOVECENTOS E QUATRO BARRA DOIS MIL E SEISQUE REGULA ESTABELECIMENTO DE ZONAS LIVRE DE TRANSGÉNICOS-----

A Assembleia Municipal de Aljezur, em reunião ordinária realizada a vinte e nove de Abril de dois mil e cinco aprovou por unanimidade para a área do Concelho de Aljezur, a proibição do cultivo de plantas geneticamente modificadas. Outras Assembleias Municipais aprovaram posições semelhantes. A AMAL aprovou posição semelhante para todo o Algarve.-----

Só em Setembro de dois mil e seis foi publicada a Portaria número novecentos e quatro de dois mil e seis que estabelece as condições e o procedimento para o estabelecimento de zonas livres de cultivo de variedades geneticamente modificadas. (DR número cento e setenta, I Série).-----

A referida portaria ignorou completamente as decisões desta e de outras Assembleias Municipais sobre este assunto.-----

Além disso, a Portaria novecentos e quatro cria grandes dificuldades ao estabelecimento de uma zona livre de transgénicos, através de vários mecanismos, nomeadamente;-----

Um) fazendo com que uma «Zona livre» só o seja para uma determinada espécie vegetal – obrigando a criar novas zonas livres para cada cultivo em que existam transgénicos;-----

Dois) exigindo dos agricultores da zona livre uma “declaração escrita conjunta de que nas suas explorações agrícolas se dedicam ao cultivo de uma espécie referida no anexo I do Decreto-Lei número cento e sessenta barra dois mil e cinco, de vinte e um de Setembro, e de que o modo de produção que praticam não contempla, em caso algum, o cultivo de variedades geneticamente modificadas nessa zona”;-----

Três) exigindo uma “relação e identificação de todos os agricultores interessados, incluindo a denominação das suas explorações, respectivas áreas e localização, bem como o comprovativo de que a área total do conjunto das explorações tem a área mínima” de “três mil hectares contíguos”;-----

Quatro) exigindo que no caso em que os agricultores referidos anteriormente não sejam os proprietários das explorações agrícolas, seja apresentada “declaração escrita de consentimento destes de que o modo de produção agrícola a praticar não contempla o cultivo de variedades geneticamente modificadas nessa zona”;-----

Cinco) determinando que o estabelecimento de zona livre é válido por um período máximo de cinco anos;-----

Seis) determinando a caducidade da zona livre quando “haja violação às declarações escritas previstas no artigo terceiro, nomeadamente pela existência de cultivo de variedades geneticamente modificadas em qualquer exploração agrícola da zona livre” mas não estabelecendo nenhuma sanção para quem viole a declaração;-----

Sete) exigindo que a deliberação sobre o pedido de estabelecimento de zona livre seja “aprovada por maioria qualificada de dois terços de todos os membros da assembleia municipal”;

Oito) estabelecendo que basta que “algum agricultor da área proposta para zona livre declare por escrito a vontade de não participar na mesma” para que “a assembleia municipal fique impedida de prosseguir com o pedido de estabelecimento” de zona livre;

As exigências referidas em um), dois), três) e quatro) são extraordinariamente difíceis de cumprir em zonas de minifúndio e em que uma parcela pode ter diversos proprietários devido a processos de herança não concluídos. O período de cinco anos referido na alínea cinco) é manifestamente insuficiente, tendo em consideração o período de retorno de qualquer investimento agrícola, sobretudo se tiver uma perspectiva de agricultura sustentável. A caducidade referida na alínea seis) faz com que nenhum agricultor possa ter assegurado que continua numa zona livre de transgénicos no ano seguinte dado que basta que algum seu vizinho comece a cultivar transgénicos para que deixe de existir zona livre dos mesmos. É gritante o facto de o prevaricador não ser penalizado. De resto, o referido em seis) e em oito) permite que em qualquer caso a opinião de um único agricultor que queira cultivar transgénicos possa sobrepor-se à opinião de todos os restantes agricultores da sua zona e à decisão da Assembleia Municipal do seu município. A exigência referida em sete) é absolutamente insólita tenso em consideração as regras de aprovação de outras decisões nas Assembleias Municipais.

Com esta Portaria novecentos e quatro barra dois mil e seis torna-se assim praticamente impossível estabelecer zonas livres de transgénicos em regiões com predominância de minifúndio e onde não existe o monocultivo de uma determinada espécie mas sim uma grande diversidade de cultivos. Fica portanto extremamente difícil impedir a entrada de transgénicos em zonas com as características acima descritas, como é o caso do Concelho de Aljezur.

A entrada de transgénicos pode constituir um risco para a saúde pública e provoca sérios prejuízos aos agricultores que pratiquem ou queiram praticar o modo de produção biológico (incompatível com a presença de transgénicos). Fica também em risco a agricultura tradicional baseada em variedades tradicionais mais valorizadas pela sua qualidade e diferenciação regional.

A entrada de transgénicos em parques naturais e em áreas da Rede Natura dois mil contraria os objectivos subjacentes ao estabelecimento destas zonas de protecção e como tal estas zonas deveriam ser consideradas zonas livres de OGMs.

Por todas as razões apontadas, a Assembleia Municipal de Aljezur, em reunião ordinária realizada a vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis, apela ao Governo para que revogue a Portaria novecentos e quatro – dois mil e seis, de forma a respeitar o poder local democrático e a permitir efectivamente a criação de zonas livres de transgénicos. Apela ainda a que seja aprovada uma Portaria que respeite o Poder Local democrático, defenda a saúde pública e viabilize as diversas formas de agricultura sustentável, incluindo o modo de produção biológico.”

Posta à votação, foi a tomada de posição aprovada por unanimidade.

PONTO NÚMERO SEIS

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: – O Senhor Johannes Schydlo fez um reparo, dizendo que a Câmara

Municipal ajudou no apoio da organização da Feira de Natal e não está mencionado na informação.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que gostaria de ser esclarecido sobre a questão do centro de dia.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse em relação ao centro de dia existe uma valência com vinte utentes que estavam na eminência de ficar sem apoio, visto que, esta tem dado um défice bastante acentuado à Santa Casa da Misericórdia e corria-se o risco de esta valência fechar.-----

A valência está deferida com certos serviços: higiene, alimentação e médico. A Santa Casa chegou ao ponto de não poder continuar com esta valência. Face a esta questão, a Câmara vai fazer um protocolo com a Santa Casa, no início do ano, para os primeiros seis meses e vai assumir a verba que falta para o seu funcionamento. Esta valência a seu tempo irá ser fechada, mas não desta maneira, pretende-se com isto arranjar tempo para novas respostas sociais, e não entram mais idosos para esta valência.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que é positiva a intervenção da Câmara, as valências são importantes e as situações muito delicadas. O apoio da Santa Casa é extremamente importante, o que não temos visto é evoluir o apoio médico e de enfermagem aos idosos, outra falta, é o acompanhamento psicológico e a fisioterapia, isto porque, é muitas vezes impraticável as deslocações a Lagos, não sabe como a Câmara pode intervir, mas que são preocupações que deixa ao executivo camarário.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que o trabalho que está a ser feito pela Senhora Vereadora Fátima Neto é excelente. Está tudo a ser equacionado na rede social, já foi feito um diagnóstico e agora vai fazer-se um plano de desenvolvimento.-----

Para finalizar, refere o trigésimo aniversário do poder local e dá os parabéns, independentemente da força política, àqueles que trabalham para este Concelho.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Do público presente não se verificou qualquer pedido de intervenção.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: – Foi deliberado por unanimidade, aprovar a acta em minuta.-----

FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS: – Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente sessão, foi utilizada a forma de votação por braço no ar.-----

ENCERRAMENTO: – E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pelas vinte e três horas e cinquenta minutos do dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.-----

E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----

O Presidente

O Primeiro-Secretário